



## REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BRASILEIRA

Caroline Ribeiro, [Caroline\\_ribeiro\\_s2@hotmail.com](mailto:Caroline_ribeiro_s2@hotmail.com)  
Talita Fernanda Rodrigues, [talitafernanda25@hotmail.com](mailto:talitafernanda25@hotmail.com)  
Professor/a Jaqueline Zuin dos Santos, e-mail [jaque.zuin.s@gmail.com](mailto:jaque.zuin.s@gmail.com)  
Universidade Estadual de Paranavaí- Unespar

### Eixo Temático: Política social e Trabalho

#### RESUMO:

O presente trabalho é resultado parcial do trabalho de conclusão de curso, e abordará reflexões sobre o surgimento das políticas sociais e sua trajetória sócio-histórica. Entende-se que, estudar política social, é o caminho que levará para refletir a respeito da política de transferência de renda brasileira e a focalização da pobreza.

**Palavras-chave:** Política social, transferência de renda; focalização.

#### INTRODUÇÃO

Esse estudo é resultado do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Será discutido o surgimento das políticas sociais, ressaltando a importância da classe trabalhadora e do capital nesse processo. Posteriormente, será abordada a trajetória histórica da Política social brasileira; a Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento dos direitos sociais, e por fim, os programas de transferência de renda pós Constituição Federal., estudar também as Políticas Sociais brasileira e a focalização na pobreza e programas de transferência de renda.

#### MATERIAIS E MÉTODOS:

Para realização desse estudo, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. Documental porque pesquisou-se documentos e leis como a



#### IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

Co

nstituição Federal de 1988, e qualitativa porque não teve-se como foco dados mensuráveis, mais sim qualitativos.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Ao longo da história da construção da sociedade capitalista, se expressam contradições próprias dessa sociedade demarcada pela exploração.

Segundo Mandel (1981), o capitalismo é um modo de produção formado através da divisão da sociedade em duas classes essenciais: de um lado burgueses, e do outro lado os trabalhadores. Desse modo, a relação de exploração existente entre capital e trabalho resulta numa intensa pauperização, desemprego em massa, precárias condições de trabalho, de moradia, saúde para a classe trabalhadora.

Como estratégia para atender as reivindicações da classe trabalhadora, e ao mesmo tempo atender os interesses do capital, o Estado tem o reconhecimento da questão social, e lança as políticas sociais para atenuar os conflitos entre as classes sociais.

“A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os super lucros dos monopólios, e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções”. (NETTO, 1992, pg. 25).

O surgimento das políticas sociais acontece, portanto, durante a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, final do século XIX, e início do século XX.

De acordo com Rizotti (2001), no Brasil, as condicionantes que impulsionaram as políticas sociais advêm de uma construção sócio-histórica, que não se pode desconsiderar. Tal construção está intrinsecamente ligada a luta da classe trabalhadora para conquistar melhorias nas condições de vida, pressionando o Estado a realizar uma intervenção.

De acordo com Rizotti 2001, o desenvolvimento econômico brasileiro tinha característica de uma lógica de acumulação e concentração de riquezas, advindo de



#### IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

um modelo monopolista, ocasionando uma insuficiência para dar respostas aos movimentos sociais e a questão social.

Segundo Rizotti (2001), na década de 1930 o Brasil foi palco de importantes transformações no que diz respeito ao campo de direitos sociais do país, pois foi o marco do surgimento das políticas sociais no Brasil.

Já no período ditatorial, mais especificadamente no ano de 1964 com golpe militar, o Estado antidemocrático, como forma de atenuar os movimentos sociais, amplia os direitos trabalhistas, ampliando as políticas sociais como estratégia de se legitimar no poder,

Desta forma, os trabalhadores insatisfeitos, querendo a volta da democracia no país, começam a fazer reivindicações, na luta por conquista de direitos e da democracia.

De acordo com Rizotti (2001), os movimentos sociais de luta por cidadania, como, direitos civis, políticos e sociais, grande parte foram incorporados pela Constituição Federal de 1988.

Segundo Netto (1999), a Constituição Federal de 1988, foi um grande avanço social para a classe trabalhadora, e representou para a sociedade brasileira uma política social com exigências de justiça social, equidade e universalidade.

No entanto, a Constituição Federal de 1988, significou para a classe dominante, a redução de exploração, e a criação de mecanismos democráticos de controle social que poderiam impedir o poder de manipulação política da classe burguesia.

Para tanto, entende-se que a política de transferência de renda ao longo dos anos de 1990 esteve mais voltada a atender interesses da classe burguesa. Já nos anos 2000, entende-se que a política de transferência de renda esteve mais voltada para atender os interesses da classe trabalhadora.

#### **Conclusões:**



Ressalta-se que a trajetória histórica das políticas sociais e seu surgimento estão intrinsecamente ligadas as reivindicações da classe trabalhadora tendo como foco a conquista e defesa de direitos. Com a Constituição Federal de 1988, as lutas foram incorporadas, e desta forma instituídos em lei.

Tratando-se da política de transferência de renda brasileira, nota ao longo desse processo do trabalho que sofre modificações ao passo de quem está no poder as regem, apontando seu caráter de focalizado na pobreza.

### **Referências:**

BEHRING.E.R. Política social: fundamentos e história, Cortez: São Paulo 2011.

SINGER.A. Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto conservador. Copyright,2012.

NETTO.J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. Editora Cortez: São Paulo,1992.

LAVINIAS.L. Política Social no Brasil e seus efeitos sobre a pobreza e a desigualdade. Barcelona,2011.

POTYARA.A.P Política Social: Temas e Questões, Cortez: São Paulo 2011.

RIZOTTI.A.M.L Estado e Sociedade Civil na Historia da Políticas Sociais Brasileira. Revista Semina, v. Setembro, 2001.

TOMAZI.N.D. Iniciação á Sociologia, São Paulo, 1993.



**IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL**